

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.902 - RS (2019/0020682-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : SANTO ENTRETENIMENTOS LTDA
RECORRENTE : ÂNGELA AURÉLIA CALLEGARO
RECORRENTE : ELISSANDRO CALLEGARO SPOHR
RECORRENTE : MARLENE TEREZINHA CALLEGARO
ADVOGADOS : RICARDO LUIS SCHULTZ ADEDE Y CASTRO E
OUTRO(S) - RS058941
EDUARDO ANTONIO FELKL KUMMEL - RS030717
RECORRIDO : CECILIA FERREIRA PEREIRA
RECORRIDO : PABLO RICARDO PEREIRA PACHECO
ADVOGADO : ANTÔNIO MARTINS DOS SANTOS - RS010492

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL. HIPÓTESES DE CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. MITIGAÇÃO DA TAXATIVIDADE DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. TEMA 988/STJ. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. APLICAÇÃO DA TESE PARA AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PROFERIDAS APÓS A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por SANTO ENTRETENIMENTOS LTDA. E OUTROS em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado:

RECURSO DE AGRAVO INTERNO CONTRA O NÃO CONHECIMENTO DE RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO PELA RELATORA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. BOATE KISS. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL. ARTIGO 1.015 DO NOVO CPC. NÃO ENQUADRAMENTO DO CASO DENTRE AS HIPÓTESES DE CABIMENTO. INADMISSIBILIDADE RECURSAL RECONHECIDA. SEGUIMENTO DA CORRENTE MAJORITÁRIA PELA TAXATIVIDADE. AFETAÇÃO DE RECURSOS ESPECIAIS PARA JULGAMENTO NA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS: TEMA 988 DA CORTE ESPECIAL DO STJ. INEXISTÊNCIA DE SUSPENSÃO DOS PROCESSOS QUE VERSAM SOBRE A MESMA CONTROVÉRSIA. RECURSO DESPROVIDO.

No recurso especial, interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, os recorrentes apontaram ofensa ao artigo 1.015, IX, do CPC/2015, sustentando, essencialmente, que (I) o agravo de instrumento está fundado no inciso IX do art. 1.015, o qual trata da redistribuição do ônus da prova; (II) o rol do art. 1.015 é taxativo e não exaustivo, o que não impede que haja uma abertura pela via da interpretação na possibilidade de interposição de agravo de instrumento; (III) demonstrada a imprescindibilidade da prova pericial postulada, evidente o necessário conhecimento do agravo de instrumento. Quanto ao mérito recursal, apontou ofensa aos artigos 1º, 4º, 7º, 8º, 139, I, 464, §§2º e 3º, 472, 9º e 10, todos do CPC/2015.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 675/677.

É o relatório.

Passo a decidir.

A polêmica do presente recurso especial situa-se em torno das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento, em face do disposto no art. 1.015 do CPC/2015:

Art. 1.015. *Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:*

I - tutelas provisórias;

II - mérito do processo;

III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;

IV - incidente de desconconsideração da personalidade jurídica;

V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;

VI - exibição ou posse de documento ou coisa;

VII - exclusão de litisconsorte;

VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;

IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;

X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;

XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;

XII - (VETADO);

XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

Parágrafo único. *Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de*

liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

A questão é relevante, pois o presente recurso tem por objeto a decisão do juízo de origem que indeferiu a realização de perícia acerca das condições físico-psíquicas dos demandantes requerida na contestação, considerando a prova dispensável e substituível por outros meios.

Essa controvérsia em torno do caráter taxativo da norma do art. 1.015 do CPC/2015 foi resolvida por esta Corte Superior, pelo rito dos recursos especiais repetitivos, sendo reconhecida uma excepcional mitigação da referida norma, nos termos da tese abaixo descrita:

Tema 988/STJ - *O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.*

Estabeleceu-se, ainda, no referido julgamento, que a tese jurídica somente se aplicará às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do acórdão que julgou o tema. Confira-se, a propósito, a ementa desse precedente:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.

1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.

2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as "situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em

eventual recurso de apelação".

3- *A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art. 1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.*

4- *A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.*

5- *A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.*

6- *Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.*

7- ***Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade com interpretação restritiva serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, eis que somente se cogitará de preclusão nas hipóteses em que o recurso eventualmente interposto pela parte tenha sido admitido pelo Tribunal, estabelece-se neste ato um regime de transição que modula os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica somente seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.***

8 - *Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular*

prosseguimento ao agravo de instrumento no que tange à competência.

9- Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1.704.520/MT, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, DJe 19/12/2018).

No caso, considerando ser a decisão agravada anterior à publicação do acórdão proferido no referido recurso repetitivo, é de ser mantido o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca do cabimento do agravo de instrumento apenas nas hipóteses taxativamente previstas no artigo 1.015 do CPC/2015.

Fica, portanto, prejudicado o exame das demais razões recursais.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Advirto as partes da multa prevista ao agravo interno manifestamente improcedente (art. 1.021, § 4º, do NCPC).

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator